



PROEX/UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 03/11/2011 a 02/11/2012. Valor Total: R\$1.957,98. Fonte: 112915002 - 2011NE801697. Data de Assinatura: 03/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE CONTRATO Nº 103/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071012678201168.
PREGÃO SISPP Nº 210/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 07851262000109. Contratado: MV EVENTOS ARTISTICOS E ESPORTIVOS LTDA. - EPP. Objeto: Locação de tenda modelo pirâmide, incluindo montagem, desmontagem e transporte do material para atender à COPESE/UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 16/11/2011 a 15/01/2012. Valor Total: R\$2.500,00. Fonte: 112000000 - 2011NE801819. Data de Assinatura: 16/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071012861201163.
PREGÃO SISPP Nº 229/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 86524352000161. Contratado: REPROCÓPIA COM REPRESENT E - ASSISTENCIA TECNICA LTDA. Objeto: Manutenção de copiadora - COPESE/UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 16/11/2011 a 15/11/2012. Valor Total: R\$3.600,00. Fonte: 112000000 - 2011NE801820. Data de Assinatura: 16/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800040

EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071011962201117.
PREGÃO SISPP Nº 191/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 07575963000162. Contratado: RN EVENTOS LTDA -Objeto: Contratação de agência de turismo e eventos para o CAED/UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 17/11/2011 a 16/01/2012. Valor Total: R\$112.800,00. Fonte: 250159999 - 2011NE801832. Data de Assinatura: 16/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800040

EXTRATO DE CONTRATO Nº 110/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071013220201126.
PREGÃO SISPP Nº 253/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 12622028000140. Contratado: GLOBALPRINT EDITORA GRAFICA LTDA -ME. Objeto: Serviços gráficos para a Editora da UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 21/11/2011 a 20/05/2012. Valor Total: R\$43.100,00. Fonte: 112915173 - 2011NE801859. Data de Assinatura: 21/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800040

EXTRATO DE CONTRATO Nº 112/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071007523201118.
CONCORRÊNCIA SRP Nº 7/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 16709792000108. Contratado: ANTONIO CARLOS WEISS -Objeto: Prestação de serviços gráficos para atender à Pró-Reitoria de Cultura e à Secretaria de Comunicação da UFJF. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 22/11/2011 a 21/11/2012. Valor Total: R\$531.653,40. Fonte: 100000000 - 2011NE801901. Data de Assinatura: 22/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 153061

Número do Contrato: 81/2010.
Nº Processo: 23071013590201082.
DISPENSA Nº 221/2010 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 000289860001180. Contratado: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A. -Objeto: Prorrogação de vigência por 12 meses. Período: 01.11.2011 a 31.10.2012. Reajuste do valor mensal contratual para R\$414,65, a partir de 01.11.2011. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 01/11/2011 a 31/10/2012. Data de Assinatura: 31/10/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 153061

Número do Contrato: 86/2010.
Nº Processo: 23071013515201011.
PREGÃO SISPP Nº 169/2010 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 12233779000174. Contratado: MARCELO LEITE A LOBO -Objeto: Prorrogação de vigência por mais 12 meses. Período: 09.11.2011 a 08.11.2012. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 09/11/2011 a 08/11/2012. Data de Assinatura: 09/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2011 - UASG 153061

Número do Contrato: 88/2010.
Nº Processo: 23071014945201051.
DISPENSA Nº 250/2010 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 20789756000179. Contratado: FARMACIA DE MANIPULACAO CAVALIERI-LTDA. Objeto: Prorrogação contratual por 12 meses. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 08/11/2011 a 07/11/2012. Data de Assinatura: 07/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800050

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2011 - UASG 153061

Número do Contrato: 22/2011.
Nº Processo: 23071005517201118.
DISPENSA Nº 61/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 17783044000219. Contratado: EMPRESA MUNICIPAL DE PAVIMENTACAO E URBANIZACAO. Objeto: Prorrogação por 90 dias e decréscimo financeiro R\$ 78290,88. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 12/08/2011 a 25/02/2012. Valor Total: R\$78.209,88. Fonte: 112000000 - 2011NE800335. Data de Assinatura: 22/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800040

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2011 - UASG 153061

Número do Contrato: 17/2010.
Nº Processo: 2307100637201048.
PREGÃO SISPP Nº 3/2010 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 05296914000165. Contratado: TREVOSERVIS LTDA -Objeto: Prorrogação de vigência por 4 meses. Período: 20.11.2011 a 19.03.2012. Fundamento Legal: Lei 8666/93. Vigência: 20/11/2011 a 19/03/2012. Data de Assinatura: 11/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2011 - UASG 150231

Nº Processo: 23071007220201197.
PREGÃO SRP Nº 23/2011 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 47193115000103. Contratado: CIRURGICA BRASIL COMERCIAL E -IMPORTADORA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material hospitalar para o Hospital Universitário -UFJF. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 16/11/2011 a 15/11/2012. Valor Total: R\$4.536,00. Fonte: 112915002 - 2011NE802359. Data de Assinatura: 16/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE900023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2011 - UASG 150231

Número do Contrato: 97/2009.
Nº Processo: 23071004891200981.
DISPENSA Nº 122/2009 Contratante: UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE -FORA UFJF. CNPJ Contratado: 05125915000147. Contratado: INFORWAVE INTERNET JF LTDA -Objeto: Redução do valor mensal do serviço e alteração da velocidade contratada de no mínimo 300 Kbps para 1 Mbps. Fundamento Legal: Lei 8.666/93. Vigência: 01/11/2011 a 27/11/2012. Data de Assinatura: 01/11/2011.

(SICON - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE900023

PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 282/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 015744/2011-51. Objeto: Microscópio invertido binocular, 4 posições de porta objetiva, pilar de iluminação, soquete de lâmpada de halogenio 30 W, 02 lâmpadas de halogenio de 30W, etc. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXI da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Para atender ao edital Capes 25/2011 - Pró-Equipamentos Institucional (programa de pós-graduação em ecologia) Declaração de Dispensa em 25/11/2011. ALEXANDRE ZANINI. Pró-reitor de Planejamento e Gestão. Ratificação em 25/11/2011. ANDRE LUIZ DE LIMA CABRAL. Pró-reitor de Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 31.829,10. CNPJ CONTRATADA: 04.937.243/0001-01 OLYMPUS O PTICAL DO BRASIL LTDA.

(SIDECE - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 002629/2011-17. Objeto: Contratação do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus - HMTJ para o ensino de obstetrícia da Faculdade de Medicina e para o desenvolvimento de ensino prático aos acadêmicos matriculados na disciplina Enfermagem em Saúde da Mulher do curso de Enfermagem da Universidade Federal de Juiz de Fora. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Para

viabilizar a prática de disciplinas da Faculdade de Medicina e Enfermagem da UFJF. Declaração de Inexigibilidade em 25/11/2011. ALEXANDRE ZANINI. Pró-reitor de Planejamento e Gestão. Ratificação em 25/11/2011. ANDRE LUIZ DE LIMA CABRAL. Pró-reitor de Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 600.000,00. CNPJ CONTRATADA: 21.583.042/0001-72 HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS.

(SIDECE - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 239/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071013760/11-18. Objeto: Contratação de empresa para manutenção preventiva dos elevadores Marca Altas Schindler para atender a UFJF. Total de Itens Licitados: 00002. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Possui carta de exclusividade devidamente registrada na Associação Comercial. Declaração de Inexigibilidade em 25/11/2011. ALEXANDRE ZANINI. Pró-reitor de Planejamento e Gestão. Ratificação em 25/11/2011. ANDRE LUIZ DE LIMA CABRAL. Pró-reitor de Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 58.820,16. CNPJ CONTRATADA: 00.028.986/0011-80 ELEVADORE S ATLAS SCHINDLER S/A..

(SIDECE - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 255/2011 - UASG 153061

Nº Processo: 23071014544/11-81. Objeto: Contratação de empresa para assinatura de Biblioteca Digital para atender a UFJF. Total de Itens Licitados: 00003. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Atender as necessidades da UFJF. Declaração de Inexigibilidade em 25/11/2011. ALEXANDRE ZANINI. Pró-reitor de Planejamento e Gestão. Ratificação em 25/11/2011. ANDRE LUIZ DE LIMA CABRAL. Pró-reitor de Orçamento e Finanças. Valor Global: R\$ 17.644,00. CNPJ CONTRATADA: 41.769.803/0001-92 EDITORA F ORUM LTDA.

(SIDECE - 28/11/2011) 153061-15228-2011NE800070

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

EDITAL PRGD Nº 101, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2011 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DA SELEÇÃO PARA PROFESSOR TEMPORÁRIO

O Reitor da Universidade Federal de Lavras, no uso de suas atribuições regimentais, torna público e homologa o resultado da seleção para Professor Temporário, realizada conforme edital PRGD Nº 97/2011:

Área de Eletrônica

Classificação	Nome	Prova didática	Prova de títulos	Nota final
1º	Luciano Mendes dos Santos	64,6	100	82,3

ANTONIO NAZARENO GUIMARÃES MENDES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

EDITAL Nº 739, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011 CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, nos termos da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30/04/07, publicada no DOU de 02/05/07, da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 08, de 26/08/08, publicada no DOU de 27/08/08 e da Nota Técnica nº 01/2007/DEDES/SESU/MEC, de 03/08/07, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga da Carreira de Magistério Superior, na Classe de PROFESSOR TITULAR, lotada nesta Universidade e destinada ao DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA DA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertinentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da vaga

Número de vagas(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Instituições Políticas e Democracia
Regime de trabalho	Dedicação Exclusiva
Titulação	Doutorado em Ciências Políticas ou áreas afins.
Perfil do candidato	O candidato deverá comprovar capacidade de liderança em projetos acadêmicos de alcance nacional, produção intelectual consistente em sua área de especialização, divulgada e aceita em âmbito nacional, atividades de orientação continuada na pós-graduação stricto sensu.
Inscrição	Período de Até 120 (cento e vinte) dias a partir do 5º dia da publicação do Edital.



Endereço	Secretaria Geral da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Av. Antônio Carlos, 6627 - prédio da FAFICH - sala S1013 - Pampulha - Belo Horizonte - MG. CEP 31270-901
Horário e telefones	Horário: das 09:00 às 11:30 e das 14:00 às 16:30, nos dias úteis. Telefone: (31) 3409-5028
Endereço da página eletrônica onde constam demais informações referentes ao Concurso	www.fafich.ufmg.br/segegeral
Tipos de prova	Prova de Títulos, Arguição de Memorial e Apresentação de Seminário. Escopo do Seminário: Instituições e Democracia
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 60 (sessenta) a 120 (cento e vinte) dias a partir do término das inscrições.

2. DA VAGA
O Concurso visa ao provimento da vaga especificada no Quadro 1 deste Edital.
3. DA REMUNERAÇÃO
A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico, Retribuição por Titulação (RT) e Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS), conforme apresentada na Tabela abaixo:

Tabela referente à remuneração do Cargo

Classe	Regime	Remuneração
TITULAR	DE	R\$11.755,05

4. DA INSCRIÇÃO
4.1. O prazo de inscrição terá início a partir do 5º dia da publicação deste Edital.
4.2. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.
4.3. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.
4.4. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
4.5. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.
4.6. Valor da taxa de inscrição: R\$ 293,88 (duzentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, na Conta Única: 170500-8, Agência: 4201-3; Código: 1530621522928883-7.
4.7. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.
4.8. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.
4.9. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:
a) Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido;
b) Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação;
c) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;
d) Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;
e) Sete cópias do curriculum vitae;
Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados, em via única, com documentos numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no curriculum vitae, até dez dias após a data final das inscrições.
f) Sete exemplares do Memorial;
g) Tema do Seminário.
4.10. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.
4.11. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação civil, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.
4.12. O candidato inscrito receberá, juntamente com o Protocolo de Inscrição, cópia deste Edital, do programa integral do Concurso, da Resolução Complementar nº 02/2010, do Conselho Universitário, e de outros documentos e demais informações consideradas pertinentes pelo Diretor da Unidade, que deverão ser considerados parte integrante deste Edital.
4.13. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e aceitação tácita das condições estabelecidas no presente Edital, das leis e regulamentos aplicáveis e das instruções específicas para o Cargo, das quais não poderá alegar desconhecimento.
4.14. O candidato é responsável pela exatidão e veracidade de informações prestadas no ato da inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros, falhas ou omissões no preenchimento de qualquer campo necessário à inscrição.
4.15. A relação nominal dos candidatos inscritos será afixada no local de inscrição e divulgada na página eletrônica da Unidade, bem como do Departamento, se houver.
4.16. Os Requerimentos de Inscrição serão despachados pelo Diretor da Unidade, que decidirá sobre a aceitação de cada um deles, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data imediatamente posterior ao dia do encerramento das inscrições, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 4º do artigo 5º da Resolução nº 02/2010.

5. DA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO
5.1. De acordo com o artigo 1º do Decreto nº 6.593, de 02/10/2008, o candidato poderá solicitar isenção da taxa de inscrição, declarando que é membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.134, de 26/06/2007 e informando, no ato de inscrição, o seu Número de Identificação Social (NIS) atribuído pelo Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).
5.2. A isenção mencionada no item 5.1 deverá ser solicitada mediante requerimento, até o 5º dia útil após o início do período de inscrição, devendo ser encaminhada com documentação comprobatória.
5.3. A UFMG, por meio do Número de Identificação Social (NIS), procederá à consulta ao órgão competente, podendo o candidato ter seu pedido Deferido ou Indeferido, de acordo com o artigo 2º do Decreto nº 6.593/2008.
5.4. A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do artigo 10 do Decreto nº 83.936, de 06/09/1979.
5.5. O resultado dos pedidos de isenção será divulgado oficialmente até dois dias úteis após o término do período previsto para o pedido de isenção, por e-mail dirigido ao candidato interessado.
5.6. O candidato que tiver o seu pedido de isenção indeferido deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição conforme o disposto no item 4 deste Edital.
6. DO INÍCIO DO CONCURSO
6.1. O início do Concurso está indicado no Quadro 1 deste Edital.
6.2. Os candidatos serão convocados para a realização das provas, pessoalmente e por Edital, a ser fixado em quadro de avisos da Unidade, com antecedência mínima de quinze dias.
6.3. Será encaminhada a cada um dos candidatos inscritos, juntamente com a convocação pessoal, cópia da Portaria do Diretor da Unidade, designando os membros da Comissão Examinadora, cujos nomes serão previamente divulgados, como determinado no parágrafo único do artigo 13 da Resolução nº 02/2010, bem como cópia de eventual Portaria em que se especificarem alterações na composição da referida Comissão.
6.4. Considera-se convocação pessoal a que for encaminhada, com comprovante de postagem, para o endereço fornecido pelo candidato, no ato da inscrição.
6.5. O Concurso será iniciado mediante sessão pública de instalação da Comissão Examinadora, presidida pelo Diretor da Unidade ou autoridade competente.
6.6. Na sessão de instalação, a Comissão Examinadora:
I - escolherá seu Presidente, o qual escolherá o seu secretário, dentre os membros que a compõem;
II - apurará a presença dos candidatos em lista própria, mediante coleta de assinaturas;
III - sorteará a ordem de participação dos candidatos nas provas, cuja realização não seja simultânea, ressalvado o disposto no artigo 35 da Resolução nº 02/2010.
7. DAS PROVAS
7.1. O Concurso compreenderá a realização de Provas e o Julgamento de Títulos, conforme especificado no Quadro 1 deste Edital.
7.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.
7.3. O não comparecimento do candidato à sessão de abertura ou a qualquer uma das provas determinará sua eliminação do Concurso.
7.4. Serão públicas as sessões de realização de Arguição de Memorial, de Arguição Oral, de Apresentação de Seminário e de apuração final do resultado do Concurso.
7.5. É vedado ao candidato assistir à realização das provas dos demais candidatos.
7.6. Da Arguição de Memorial
7.6.1. A Arguição de Memorial consistirá em uma exposição escrita e oral pelo candidato, orientada por uma perspectiva crítico-analítica, sobre as atividades por ele desenvolvidas, que deverá conter todos os aspectos significativos de sua trajetória profissional ou acadêmica, podendo ser complementada, quando couber, por outros meios de expressão.
7.6.2. O Memorial deverá:
I) apresentar, de maneira organizada, a contribuição do candidato para cada uma das áreas em que sua atuação profissional ou acadêmica tenha sido relevante;
II) estabelecer os pressupostos teóricos e os marcos conceituais dessa atuação;
III) discutir os resultados alcançados;
IV) sistematizar a importância da contribuição realizada;
V) identificar os possíveis desdobramentos e as consequências dessa contribuição.
7.6.3. O candidato apresentará oralmente os aspectos que julgar mais relevantes em seu Memorial à Comissão Examinadora, que o arguirá e avaliará:
I) a metodologia utilizada;
II) o domínio dos temas e ideias que tenham dado sustentação aos trabalhos desenvolvidos, com ênfase em sua contribuição para a área de conhecimento objeto do Concurso;
III) a contemporaneidade, extensão, profundidade e evolução dos conhecimentos do candidato na área objeto do Concurso;
IV) a pertinência, adequação e atualidade das referências bibliográficas utilizadas;
V) a relevância das atividades realizadas, bem como a contribuição científica, técnica ou artística do candidato para a área de conhecimento considerada;
VI) as experiências que revelem liderança acadêmica;
VII) a participação em programas de Ensino, Pesquisa e Extensão, bem como em atividade de administração universitária;

7.6.4. A avaliação da Arguição de Memorial será realizada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora para os quesitos relacionados nos incisos do § 2º do artigo 39 da Resolução nº 02/2010.
7.6.5. Na Arguição de Memorial será garantido ao candidato cinquenta minutos para a exposição do tema.
7.6.6. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato pelo tempo estabelecido no cronograma.
7.6.7. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no § 1º do artigo 40 da Resolução nº 02/2010 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.
7.7. Da Apresentação de Seminário
7.7.1. A Apresentação de Seminário consistirá em exposição oral pelo candidato sobre o tema informado no ato da inscrição, dentro do escopo definido pelo Edital, à qual se seguirá uma arguição pela Comissão Examinadora.
7.7.2. Na Apresentação de Seminário, a Comissão Examinadora avaliará:
I) o domínio e o aprofundamento do tema;
II) a atualização dos conhecimentos do candidato sobre o tema;
III) a relevância científica, técnica ou artística do tema;
IV) a capacidade do candidato de organizar e expor suas ideias com objetividade, rigor lógico e espírito crítico.
7.7.3. A Apresentação de Seminário será avaliada de acordo com os critérios definidos pela Comissão Examinadora para os quesitos relacionados nos incisos do § 2º do artigo 41 da Resolução nº 02/2010, considerando a Classe de Magistério a que o Concurso se refere.
7.7.4. Na Apresentação de Seminário, o candidato, a seu critério, poderá utilizar até cinquenta minutos para a exposição do tema.
7.7.5. Após a exposição oral do tema, a Comissão Examinadora arguirá o candidato, pelo tempo estabelecido no cronograma.
7.7.6. O descumprimento dos prazos previstos no caput e no § 1º do artigo 42 da Resolução nº 02/2010 não acarretará, por si só, a anulação da Prova nem a desclassificação do candidato.
7.8. Da Prova de Títulos
7.8.1. A Prova de Títulos será avaliada segundo os critérios de análise de cada quesito, apresentados na tabela, constante da Resolução nº 02/2010, única para a UFMG, independentemente da área de conhecimento ou da Classe de Magistério da vaga submetida a Concurso Público.
Tabela dos valores, superior e inferior, da pontuação-máxima atribuível na avaliação de cada um dos quesitos da Prova de Títulos

Quesito	Faixa de pontuação-limite
Títulos acadêmicos	De 10 a 40
Experiência docente	De 15 a 40
Produção científica, técnica, artística e cultural na área	De 20 a 40
Administração acadêmica / experiência profissional não docente	De 10 a 40
Distinções	De 00 a 10

7.8.2. A Congregação estipulará o valor máximo de pontos para cada um dos quesitos a serem avaliados na Prova de Títulos, respeitando a respectiva faixa de pontuação-limite, estabelecida na Resolução nº 02/2010, e o total de cem pontos.
7.8.3. O valor máximo de pontos para cada um dos quesitos poderá ser estabelecido a cada Concurso, a critério da Congregação, quando for o caso.
7.8.4. O valor máximo estabelecido para cada quesito será divulgado até cinco dias antes do início das inscrições na página eletrônica da Unidade e do Departamento responsável pelo Concurso, se houver, e será entregue aos candidatos, no ato da inscrição.
7.8.5. A Comissão Examinadora do Concurso divulgará a todos os candidatos, antes do início da avaliação da Prova de Títulos, a Tabela de Pontuação-Limite, contendo o detalhamento dos critérios de análise de cada quesito e sua respectiva pontuação, respeitados os valores máximos de cada um, estabelecidos pela Congregação.
7.8.6. Os critérios de análise de cada quesito serão definidos pela Comissão Examinadora, considerando a Classe de Magistério a que o Concurso se refere.
8. DA ATRIBUIÇÃO DAS NOTAS
8.1. Cada Examinador, individualmente, atribuirá a cada um dos candidatos, em cada prova do Concurso, uma nota em número inteiro, numa escala de zero a cem pontos, observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Resolução nº 02/2010.
8.2. Sempre que julgar necessário, a Comissão Examinadora poderá reunir-se, para estabelecer critérios de uniformização do julgamento e de atribuição de notas.
8.3. Após a atribuição de notas aos candidatos, em todas as provas previstas para o Concurso, cada um dos Examinadores deverá:
I - ponderar a nota da Prova de Títulos com peso dois e a nota das demais provas com peso um;
II - calcular a nota final de cada um dos candidatos, mediante a extração das médias ponderadas das notas atribuídas a cada um deles;
III - classificar os candidatos pela sequência decrescente das médias apuradas;
IV - colocar em envelopes individuais, que deverão ser lacrados e rubricados, as tabelas que contenham as notas, as médias e lista contendo a classificação de cada um dos candidatos, como previsto nos incisos anteriores.

8.4. As médias serão calculadas até a casa dos centésimos, desprezando-se o algarismo de ordem centesimal, caso ele seja inferior a cinco, e aumentando-o por o número subsequente, se for igual ou superior a cinco.

8.5. Ocorrendo empate, o desempate se dará, sucessivamente, pela nota atribuída pelos Examinadores, em cada prova, nesta ordem:

- Prova de Títulos;
 - Arguição de Memorial;
 - Apresentação de Seminário.
9. DA APURAÇÃO DO RESULTADO

9.1. A apuração do resultado do Concurso será realizada em sessão pública.

9.2. Os envelopes lacrados, contendo as notas de cada um dos Examinadores, serão abertos, um a um, pelo Presidente da Comissão Examinadora, que lerá, em voz alta, o nome do Examinador, o nome do candidato, a identificação da prova, a nota atribuída, e a classificação obtida pelo candidato.

9.3. O Secretário da Comissão Examinadora anotar, em local visível a todos os presentes, as notas lidas pelo Presidente.

9.4. Concluída a leitura das notas, o Presidente da Comissão Examinadora verificará quais candidatos obtiveram, de três ou mais Examinadores, a média igual ou superior a setenta pontos, que serão considerados aprovados, enquanto os demais serão considerados reprovados.

9.5. Os candidatos aprovados serão classificados da seguinte forma:

I- cada Examinador fará uma lista dos candidatos aprovados, em ordem decrescente de suas respectivas médias, considerados os critérios de desempate de acordo com o parágrafo 2º do artigo 45 da Resolução nº 02/2010, quando for o caso;

II- para cada Examinador, será considerado indicado aquele candidato que constar do topo de sua lista;

III- ficará classificado em primeiro lugar o candidato indicado pelo maior número de Examinadores;

IV- retirado das listas o candidato classificado em primeiro lugar, será classificado em segundo lugar o candidato que alcançar o maior número de posições no topo das listas dos Examinadores, dentre os candidatos remanescentes;

V- o mesmo procedimento acima será usado sucessivamente para todas as classificações, até o último candidato aprovado.

9.6. Na hipótese de ocorrer empate de notas, como critérios de desempate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que:

- tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece a Lei nº 10.741/03 (Lei do Idoso), sendo considerado para esse fim, a data de realização das provas;
- tiver a maior média aritmética simples das notas finais atribuídas pelos Examinadores;

9.6.3. tiver a maior média aritmética das notas atribuídas pelos Examinadores em cada prova, observado o disposto no artigo 45 da Resolução nº 02/2010;

- tiver maior idade;

9.6.5. permanecendo ainda o empate, o desempate ocorrerá por sorteio a ser realizado publicamente, durante a sessão de apuração final do resultado do Concurso.

9.7. Após a promulgação do resultado, será elaborado o Parecer Final da Comissão Examinadora.

9.8. Concluídos os trabalhos e lavradas as atas, a Comissão Examinadora divulgará os resultados em sessão pública final, em horário e data que serão comunicados aos candidatos, durante a realização do Concurso.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

10.1. O Parecer Final da Comissão Examinadora, com resultado final do Concurso, será submetido, findo o prazo de recurso, à consideração da Congregação da Unidade.

10.2. Será publicado no Diário Oficial da União o Edital de resultado final do Concurso público, com a relação dos candidatos aprovados no certame, obedecendo aos limites estabelecidos no Anexo II do Decreto nº 6.944/2009, por ordem de classificação.

10.3. Os candidatos não classificados no número máximo de aprovados de que trata o Anexo II do Decreto nº 6.944, de 21/08/09, ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no Concurso público.

10.4. Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados serão considerados reprovados nos termos do artigo 16 do Decreto nº 6.944/2009.

11. DA INVESTIDURA NO CARGO

11.1. A aprovação no Concurso não assegura ao candidato o direito de ingresso no quadro de servidores da UFMG, mas apenas expectativa de direito à investidura, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do Concurso e da apresentação da documentação exigida em lei.

11.2. A posse do candidato aprovado observará o limite de vagas estabelecidas no presente Edital, exceto se a ampliação desse limite for autorizada pelo órgão competente para tal fim.

11.3. Sem prejuízo da documentação apresentada por ocasião da inscrição, o candidato nomeado e convocado deverá apresentar os seguintes documentos no ato da posse: a) Formulário de Autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física; b) Declaração de Ajuste ao exercício, ou não, de outro cargo, emprego ou função públicos; c) Previa inspeção médica oficial; d) Comprovação, quando for o caso, de obtenção da nacionalidade brasileira ou do Visto Permanente; e) Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de estrangeiro; f) Assinatura do Termo de Posse; g) Certificado de Igualdade e de Origem do Gozo de Direitos Políticos, emitido pelo Ministério da Justiça, se português equiparado; h) Carteira de Identidade; i) Carteira de Trabalho e Previdência Social; j) Certidão de Nascimento ou Casamento; k) CPF; l)

PIS ou PASEP, se já cadastrado; m) Grupo Sanguíneo e Fator Rh; n) Comprovação dos graus acadêmicos obtidos. Em se tratando de Título obtido em instituição estrangeira, será suficiente a comprovação de seu reconhecimento ou revalidação pela UFMG; o) Plano de trabalho.

11.4. O candidato nomeado somente será empossado se for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, por Junta Médica Oficial da UFMG.

11.5. A admissão do candidato far-se-á no Regime de Trabalho especificado para cada vaga, e segundo o Regime Jurídico Único do Servidor Público Federal, Lei nº 8.112, de 11/12/90, e o disposto no Decreto nº 94.664, de 23/07/87.

11.6. A efetivação no regime de Dedicção Exclusiva estará condicionada à apresentação de plano de trabalho individual, aprovado pela Câmara Departamental própria e submetido à Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD). Se aprovado, será concedido inicialmente pelo período de 3 (três) anos, podendo ser renovado após a avaliação de desempenho.

11.7. O candidato nomeado para o cargo de provimento efetivo fica sujeito, nos termos do artigo 41, "caput", da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 04/06/1998, a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e desempenho no cargo serão objetos de avaliação pela Congregação da Unidade, posteriormente homologada pelo dirigente máximo da instituição.

11.8. A posse do candidato aprovado deverá ocorrer no prazo máximo de trinta dias, contados da data da publicação do ato de seu provimento no Diário Oficial da União - DOU.

11.9. O candidato aprovado, depois de empossado em cargo público, deverá entrar em exercício no prazo máximo de quinze dias, contados da data da posse.

11.10. O prazo de validade do Concurso será de 1 (um) ano, contado a partir do dia subsequente à publicação do Edital de Homologação do resultado, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do órgão interessado no certame, de acordo com o artigo 12 da Lei nº 8.112/1990.

11.11. Não será fornecido ao candidato qualquer documento comprobatório de classificação e/ou notas, valendo para tal fim a homologação do resultado final do Concurso publicada no Diário Oficial da União.

12. DOS RECURSOS

12.1. Caberá recurso à instância imediatamente superior contra qualquer ato praticado por autoridade ou Órgão competente, por estrita arguição de ilegalidade.

12.2. Os recursos serão apresentados às seguintes instâncias, no prazo de dez dias:

I- à Congregação, contra o resultado do Concurso, contandose o prazo a partir de sua divulgação na sessão pública;

II- ao Conselho Universitário, em última instância, contra a homologação ou a anulação do Concurso, contandose o prazo a partir de sua divulgação oficial por Edital afixado em local público e visível ou por publicação em órgão de comunicação, interno ou externo à Universidade.

12.3. A autoridade competente que preside o Órgão a que for apresentado o pedido de revisão decidirá, em exame preliminar, sobre os requisitos de sua admissibilidade.

12.4. O pedido de reconsideração e a interposição de recurso somente serão recebidos:

- por escrito;
- dentro do prazo;
- pelo órgão competente;
- IV- por quem seja legitimado;

V- pessoalmente, mediante protocolo.

12.5. O pedido deve ser protocolizado perante a autoridade ou órgão contra o qual se interpõe o recurso ou o pedido de reconsideração.

12.6. Na hipótese de sua admissibilidade, o recurso será julgado, observado o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFMG.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais.

13.2. O candidato aprovado no Concurso regido por este Edital poderá ser aproveitado por outros órgãos da Administração Pública Federal, respeitados os interesses da UFMG e a ordem de classificação.

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ

EDITAL Nº 740, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2011 CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS

O Reitor da Universidade Federal de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com base no Decreto nº 6.944, de 21/08/2009, nos termos da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 22, de 30/04/07, publicada no DOU de 02/05/07, da Portaria Normativa Interministerial MEC/MPOG nº 08, de 26/08/08, publicada no DOU de 27/08/08 e da Nota Técnica nº 01/2007/DEDES/SESU/MEC, de 03/08/07, em conformidade com a Lei nº 8.112, de 11/12/1990, resolve tornar público que, consoante o prazo abaixo especificado, serão recebidas inscrições de candidatos ao Concurso Público de Provas e Títulos para provimento efetivo de vaga da Carreira de Magistério Superior, na Classe de PROFESSOR TITULAR, lotada nesta Universidade e destinada ao DEPARTAMENTO DE CLÍNICA E CIRURGIA VETERINÁRIAS DA ESCOLA DE VETERINÁRIA, de acordo com a seguinte discriminação:

1. DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO

Atividades pertencentes à pesquisa, ensino no nível superior e extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção do conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura e atividades inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Quadro 1 - Quadro de especificação da vaga

Número de vagas(s)	01 (uma)
Área de conhecimento	Clinica Veterinária
Regime de trabalho	Dedicção Exclusiva
Titulação	Graduação em Medicina Veterinária e Doutorado na área de Clínica Veterinária.
Perfil do candidato	Comprovar relevante atividade de docência no magistério superior, na área pretendida, nos níveis de graduação e pós, bem como no exercício de funções administrativas universitárias, revelando compromisso institucional, liderança, criatividade, capacidade de autonomia e formação de recursos humanos.
Inscrição	Período de Inscrição: Até 180 (cento e oitenta) dias a partir do 5º dia da publicação do Edital. Endereço: Secretaria Geral da Escola de Veterinária, Av. Antônio Carlos, 6627 - Pampulha - Belo Horizonte - MG - CEP 31270-901 Horário e telefone: Horário: das 08:30 às 11:00 e das 13:30 às 16:00, nos dias úteis. Telefone: (31) 3409-2025
Endereço da página eletrônica onde constam demais informações referentes ao Concurso	www.vet.ufmg.br
Tipos de prova	Prova de Títulos, Arguição de Memorial e Apresentação de Seminário. Escopo do Seminário: Clínica Veterinária.
Período de realização do Concurso/Datas prováveis para realização das provas	De 80 (sessenta) a 90 (cento e vinte) dias a partir do término das inscrições

2. DA VAGA

O Concurso visa ao provimento da vaga especificada no Quadro 1 deste Edital.

3. DA REMUNERAÇÃO

A remuneração inicial será composta pelo Vencimento Básico, Retribuição por Titulação (RT) e Gratificação Específica do Magistério Superior (GEMAS), conforme apresentada na Tabela abaixo:

Tabela referente à remuneração do Cargo

Classe	Regime	Remuneração
TITULAR	DE	RS11.755,05

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. O prazo de inscrição terá início a partir do 5º dia da publicação deste Edital.

4.2. Os prazos expressos em dias, no presente Edital, serão contados de modo contínuo.

4.3. A contagem do prazo exclui o dia do começo e inclui o dia do vencimento.

4.4. Quando a data inicial ou final coincidir com dia em que não houver expediente na Secretaria do órgão pertinente ou em que o expediente for encerrado antes do horário normal, o prazo será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.

4.5. As inscrições deverão ser realizadas no local, horário e período especificados no Quadro 1 deste Edital.

4.6. Valor da taxa de inscrição: R\$ 293,88 (duzentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), paga no Banco do Brasil S/A, por meio de Guia de Recolhimento da União - GRU, na Conta Única: 170500-8, Agência: 4201-3; Código: 1530621522928883-7.

4.7. A inscrição somente será aceita mediante a confirmação do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. Em hipótese alguma, o valor referente ao pagamento da taxa de inscrição será devolvido, salvo no caso de cancelamento do certame por conveniência da UFMG.

4.9. O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, os seguintes documentos:

- Termo de requerimento de inscrição devidamente preenchido;
- Carteira de Identidade ou outra prova de ser brasileiro nato ou naturalizado e, no caso de estrangeiro, documento de identificação;
- Comprovação de quitação com o Serviço Militar, quando for o caso, e com a Justiça Eleitoral, dispensável no caso de candidatos estrangeiros;
- Comprovante do pagamento ou da isenção da taxa de inscrição;

e) Sete cópias do currículo vitae;
Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados, em via única, com documentos numerados sequencialmente e, preferencialmente, na mesma sequência apresentada no currículo vitae, até dez dias após a data final das inscrições.

f) Sete exemplares do Memorial;

g) Tema do Seminário.

4.10. O candidato portador de deficiência deverá, no ato da inscrição, informar a deficiência e se necessita de condições especiais para a realização das provas.

4.11. Em caso de inscrição por procuração, o procurador do candidato deverá apresentar documentação original de identificação civil, bem como fornecer seu endereço e telefone para contato.